

Ibre recomenda drástico corte no gasto público

Dívida Externa

OUT 1983

A Fundação Getúlio Vargas divulgou ontem a "Carta do Ibre", segundo a qual o "País só terá espaço para renegociar a dívida externa em termos amigáveis e favoráveis na medida em que demonstrar inequívoca vontade de ajustar seus próprios desequilíbrios internos, custe o que custar".

O Ibre recomenda drástica redução dos gastos públicos, tanto os orçamentários quanto das estatais. "A distribuição de os esforços deve, por sua vez — acrescenta — contemplar as diferenças nas capacidades contributivas de cada estrato da pirâmide social. Quem pode mais deve contribuir mais." A seguir, outros trechos da "Carta do Ibre":

"Os indicadores conjunturais recentemente, liberados pela Fundação IBGE, referentes ao período jan. jun./83, revelam queda de 7,2% no produto da indústria de transformação brasileira em relação à igual período do ano anterior. Enquanto isso, a inflação no conceito do IGP-DI, ultrapassa a marca dos 150% nos 12 meses passados até agosto, com tendência de maior aceleração no último trimestre, seja por efeito da supressão de subsídios diversos (inflação corretiva), seja pela recuperação espetacular nos preços de produtos agrícolas, até então bastante deprimidos. Com produção em queda e inflação em alta, atinge-se uma típica situação de 'estagflação', mistura indesejável de recessão com inflação".

"Convencionalmente — acentua — espera-se que os processos recessivos provoquem amortecimento do ritmo inflacionário. Esta noção tradicional da teoria econômica é, entretanto, derivada de modelos abstratos que não levam em conta duas características típicas das modernas economias de países em desenvolvimento: a contenção de atividades pelo balanço de pagamentos e a influência institucional do governo nas atividades econômicas."

"Assim, não se pode mais dizer, nas condições da economia brasileira atual, que a recessão 'per se' seja um fenômeno que acarrete a redução da inflação. A curva recessiva provocada por um corte na demanda global, pelo instrumento mais usual que é o controle de salários, só surtirá efeitos antiinflacionários se for coadjuvada por políticas monetária e fiscal restritivas, limitando-se o volume de dispêndios do governo (e de suas empresas) e, ao mesmo tempo, por uma política cambial agressiva e flexível, de modo a estimular a acomodação do impacto recessivo através da produção para exportação e de adequada oferta de insumos importados."

DESEMPREGO

"Se a política econômica se concentrar apenas nos cortes de renda salarial para atuar sobre a demanda agregada, deixando solta a ponta dos gastos públicos, a necessidade de financiamento desses gastos através de empréstimos bancários e de emissão de títulos da dívida pública forçará para cima as taxas de juros. Como consequência, o custo financeiro das empresas privadas se elevará, diminuindo sua competitividade e reduzindo a sua propensão a investir. Agravar-se-á, então, o custo social da recessão, pelo aumento do desemprego no setor privado da economia. A concomitante contração da oferta global de bens e serviços limitará os efeitos desinflacionários da política econômica restritiva, e o governo acabará convalidando a rigidez dos preços à baixa através da maior emissão de moeda."

FALTA DE AUSTERIDADE

"O insucesso desse método de combate à inflação gera, por sua vez, a descrença do público, em dois sentidos absolutamente perversos. Primeiro, porque as expectativas inflacionárias dos indivíduos e empresas não se revertem favoravelmente. Todos continuam apostando na inflação alta. Segundo, porque o público passa a supor que os cortes salariais não são um mecanismo adequado de combate à inflação, pelos resultados sofríveis que erroneamente se atribuem a essa medida, quando na verdade o que falta é o curso de políticas monetária e fiscal de absoluta austeridade."

"Fala-se na decretação de uma moratória unilateral como alternativa de persuasão dos credores externos. Sem querer afastar a hipótese dessa medida extrema no futuro, a verdade é que a alternativa da moratória unilateral constituiria, hoje, a saída de custo social mais elevado. Pela razão óbvia de que acarretaria a cessação quase total do fluxo de importações que ainda mantém o nosso parque industrial em relativa atividade. Paralelamente, haveria sensível queda de exportações para os países credores prejudicados com a moratória, restando ao Brasil apenas a geração de dólares através de vendas a vista de produtos agropecuários. Com essa receita residual, nossas importações teriam que cair do nível atual de US\$ 15 bilhões por ano para algo em torno de US\$ 7 a 8 bilhões, no máximo, incluindo aí as compras de petróleo."

"Nossas possibilidades de substituição de importações por produção interna são hoje muito reduzidas. Assim, o corte brusco de importações (e consequente de exportações) traria violenta redução da produção global e do nível de emprego, além de inevitável desordem econômica, arrastando-se essa situação por muitos meses, até que se pudessem ir recompondo os vínculos comerciais e financeiros com o Exterior, amputados a frio pela decretação da moratória."

GRANDE IMPACTO

"O objetivo do País, reunindo para isso o consenso geral, deve ser o de assumir os custos iniciais do ajustamento econômico e, a partir daí, então, procurar reduzir ao máximo o período recessivo. Para tanto, há que começar a aplicar, internamente, um conjunto de políticas monetária e fiscal de grande impacto, que consigam romper o atual círculo vicioso da inflação misturada com recessão. E isso exige, antes de mais nada, a drástica supressão de subsídios e da expansão de crédito por via das autoridades monetárias, e igualmente drástica redução dos gastos públicos, tanto os orçamentários quanto os das empresas estatais."

"Com a assinatura da nova carta de intenções ao FMI, o governo tem diante de si a derradeira oportunidade de recolocar a economia brasileira nos devidos eixos, mesmo porque restam apenas 18 meses para a assunção de outra equipe ao Poder Executivo federal. É tempo suficiente para se realizar um trabalho que seja reconhecido pela sociedade atual e pela história, como consistente e profícuo."

"O governo revela, ainda, que sua estratégia estaria condicionada ao pressuposto essencial da aprovação do Decreto-Lei nº 2.045/83, que limita os reajustes salariais a 80% da variação do INPC. Ora, como afirmamos no início destes comentários, igual vigor afirmativo deveria ficar aparente para o público em relação às metas monetárias e de controle do déficit público."

ESTADO DE SÃO PAULO